

PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM: DIVERGÊNCIAS ENTRE AS ORIENTAÇÕES PARA A PRÁTICA E AS DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO

Raquel Meister Ko. Freitag¹

RESUMO: O cenário atual da educação básica no Brasil é modelado por uma série de políticas públicas de estado, que vem sistematicamente instituindo avaliações (seletivas e diagnósticas) de larga escala, como Provinha Brasil, Prova Brasil e ENEM. Tais políticas educacionais são pautadas em diretrizes curriculares que, em muitos casos, não dialogam com as diretrizes da academia (universidades e centros de pesquisa e de formação docente), e nem entre si, configurando uma tensa relação dissonante. Neste trabalho, mostramos que a matriz de competência para avaliação da prova redação do ENEM não está em consonância com as diretrizes dadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa e com o Programa Nacional do Livro Didático, ao cobrar norma padrão e tipificar os erros em “leves”, “médios” e “graves”, sem, no entanto, apresentar justificativas ou embasamento linguístico (seja teórico, seja empírico). Este cenário de dissonância entre academia e avaliação penaliza o estudante da escola pública, e amplia ainda mais o abismo social existente hoje no Brasil.

Palavras-chave: Avaliação. Prova de Redação. ENEM.

ABSTRACT: The current scenario of education in Brazil has been modeled by many state policies that has been systematically instituting selective and diagnostic tests in large scale, as Provinha Brasil, Prova Brasil and ENEM. These educational policies are based on curricular guidelines that in many cases, do not dialogue with the guidelines of academia (universities and research centers), setting up a tense dissonant relationship. In this paper, we show that the competency matrix to evaluate writing test of ENEM is dissonant with the guidelines of Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa e Programa Nacional do Livro didático. These matrix classifies the errors in "mid", "medium" and "serious" without, however, presenting reasons or linguistic basis. This scenario dissonance penalizes public school students, and further extends the deep social distance in Brazil today.

Keywords: Evaluation. Written test. ENEM.

¹ Doutora em Linguística. Professora do Departamento de Letras Vernáculas, do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: rkofreitag@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

O cenário atual da educação básica no Brasil é modelado por uma série de políticas públicas que vem sistematicamente instituindo avaliações (seletivas e diagnósticas) de larga escala, como Provinha Brasil, Prova Brasil e ENEM. Tais políticas educacionais são pautadas em diretrizes curriculares que, em muitos casos, não dialogam com as diretrizes da academia (universidades e centros de pesquisa e de formação docente), e, em caso mais grave, não dialogam sequer entre si, configurando um cenário tenso dissonante que impacta, diretamente, na sala de aula e nas decisões do professor.

Como resultado do projeto “Ler+Sergipe: leitura para o letramento e cidadania” (Observatório da Educação – CAPES/INEP/2012), constatamos que, nas diretrizes de exame de avaliação diagnóstica de leitura, especificamente na Provinha Brasil, o conteúdo da matriz de competências está alinhado com os resultados de pesquisas internacionais, que preconizam o trabalho com a consciência fonológica para o aprendizado inicial da leitura, o que, no entanto, não é componente curricular dos cursos de formação docente, nas licenciaturas em Pedagogia (FREITAG, 2013; 2011; FREITAG; ALMEIDA; ROSÁRIO, 2013; FREITAG; ROSÁRIO, 2013).

Em continuidade à investigação acerca do alinhamento entre políticas públicas educacionais, avaliação e prática, neste trabalho, no escopo do projeto “Impacto da prova de redação do ENEM no currículo da rede pública estadual de Sergipe (NAP/FAPITEC), analisamos os documentos norteadores do ENEM, as diretrizes do exame seletivo e a matriz de competência para a avaliação da prova de redação, especificamente no que tange ao tratamento da norma e da diversidade linguística no cenário brasileiro. Mostramos que a matriz de competência para avaliação da prova redação do ENEM não está em consonância com as diretrizes dadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa e com o Programa Nacional do Livro Didático. A divergência entre o que é cobrado no exame e as diretrizes penaliza o estudante da escola pública, e amplia ainda mais o abismo social existente hoje no Brasil.

2 O TRATAMENTO DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Num país de dimensão continental como o Brasil, a ideia de que todos falamos o mesmo português é efeito de planificação linguística. O reconhecimento

e o tratamento da diversidade são basilares nos documentos oficiais.² Retrospectamos, a seguir, as definições de língua que são preconizadas por dois instrumentos legais que balizam os currículos de Língua Portuguesa, em nível nacional, no âmbito do Ministério da Educação: os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998a; 1998b) e o edital do Programa Nacional do Livro Didático (BRASIL, 2011), a fim de sistematizar as orientações e poder compará-las com a sua implementação no exame do ENEM, especificamente na avaliação da prova de redação.

Inicialmente, nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, identificamos como valores e atitudes subjacentes às práticas de linguagem os seguintes aspectos: valorização das variedades linguísticas que caracterizam a comunidade dos falantes da Língua Portuguesa nas diferentes regiões do país; reconhecimento de que o domínio dos usos sociais da linguagem oral e escrita pode possibilitar a participação política e cidadã do sujeito, bem como transformar as condições dessa participação, conferindo-lhe melhor qualidade (BRASIL, 1998a). A escola deve oferecer condições para que o aluno desenvolva seus conhecimentos, sabendo:

- ler e escrever conforme seus propósitos e demandas sociais;
- expressar-se adequadamente em situações de interação oral diferentes daquelas próprias de seu universo imediato;
- refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua (BRASIL, 1998, p. 59).

Para cumprir tais objetivos, prevê-se o trabalho articulado entre o uso da língua oral e escrita, com práticas de escuta e de leitura e práticas de produção de textos orais e escritos, e a reflexão sobre a língua e a linguagem, com práticas de análise linguística, pois espera-se que o aluno

seja capaz de verificar as regularidades das diferentes variedades do Português, reconhecendo os valores sociais nelas implicados e, consequentemente, o preconceito contra as formas populares em oposição às formas dos grupos socialmente favorecidos. (BRASIL, 1998a, p. 52)

² Em Gorski e Freitag (2007; 2013), discutimos detalhadamente questões relacionadas à diversidade linguística e o ensino de língua materna.

Tais premissas que consideram a diversidade linguística do Brasil têm implicações na prática pedagógica: o ensino de Língua Portuguesa precisa focar o combate ao preconceito linguístico, pois

Frente aos fenômenos da variação, não basta somente uma mudança de atitudes; a escola precisa cuidar para que não se reproduza em seu espaço a discriminação linguística [...] É importante que o aluno, ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana. (BRASIL, 1998a, p. 82).

As recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais de que “a escola não pode tratar as variedades linguísticas que mais se afastam dos padrões estabelecidos pela gramática tradicional e das formas diferentes daquelas que se fixaram na escrita como se fossem desvios ou incorreções” (BRASIL, 1998a, p. 82) não se devem apenas a uma questão de metodologia, mas porque “é enorme a gama de variação e, em função dos usos e das mesclas constantes, não é tarefa simples dizer qual é a forma padrão (efetivamente, os padrões também são variados e dependem das situações de uso).” (BRASIL, 1998a, p. 82)

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Linguagem e suas tecnologias (1998b), a premissa da diversidade linguística do Brasil é reiterada, com o reconhecimento de que qualquer língua comporta um grande número de variedades linguísticas, que devem ser respeitadas, de que as variedades são mais ou menos adequadas a determinadas situações comunicativas; os rótulos “certo” e “errado” devem ser questionados; e a norma culta, variedade de maior prestígio social, deve ter lugar garantido na escola, mas não deve ser a única privilegiada no processo de conhecimento linguístico proporcionado ao aluno. (BRASIL, 1998, p.75-76)

O Programa Nacional do Livro Didático (BRASIL, 2011), cujo objetivo é subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos previamente selecionadas aos alunos da educação básica, é regido por um edital que fixa os critérios de avaliação para a seleção das obras. O tratamento da diversidade linguística neste documento pode ser verificado nos critérios de avaliação de coleções didáticas de Língua Portuguesa, que visam

desenvolvimento de atitudes, competências e habilidades envolvidas na compreensão da variação linguística e no convívio democrático com a diversidade dialetal, de forma a evitar o preconceito e valorizar as diferentes possibilidades de expressão linguística. Especificamente, o documento prevê o “domínio das normas urbanas de prestígio, especialmente em sua modalidade escrita, mas também nas situações orais públicas em que seu uso é socialmente requerido” (BRASIL, 2011, p. 52).

Enquanto os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa operam com conceitos de norma culta e norma padrão, o Programa Nacional do Livro Didático introduz o conceito de normas urbanas de prestígio, “termo técnico recente, introduzido para designar os falares urbanos que, numa comunidade linguística como a dos falantes do português do Brasil, desfrutam de maior prestígio político, social e cultural e, por isso mesmo, estão mais associados à escrita, à tradição literária e a instituições como o Estado, a Escola, as Igrejas e a Imprensa”. (BRASIL, 2011, p. 52)

Os critérios de avaliação das coleções estão pautados tanto no trabalho com a oralidade, a fim de “valorizar e efetivamente trabalhar a variação e a heterogeneidade linguísticas, situando nesse contexto sociolinguístico o ensino das normas urbanas de prestígio” (BRASIL, 2011, p. 54), como com o trabalho com os conhecimentos linguísticos, ao “considerar e respeitar as variedades regionais e sociais da língua, promovendo o estudo das normas urbanas de prestígio nesse contexto sociolinguístico” (BRASIL, 2011, p. 54).

Observamos que, tanto os Parâmetros Curriculares Nacionais, quanto o edital do Programa Nacional do Livro Didático, apresentam concepção convergente no que diz respeito ao ensino de língua, focado na relação entre uso e reflexão. Enquanto o primeiro documento traça as diretrizes curriculares, o segundo avalia a sua operacionalização; a coerência entre ambos é uma consequência desejável, que mostra o alinhamento entre as propostas. Vejamos, a seguir, como se dá a avaliação da implementação dessa proposta, examinando a matriz de referência do ENEM e os critérios de avaliação da prova de redação.

3 A AVALIAÇÃO DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA PELO ENEM

Criado em 1998, fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Plano Nacional da Educação e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM tinha como objetivo principal, conforme determina a Portaria Ministerial nº 438, de 28 de maio de 1998, “avaliar as competências e as habilidades desenvolvidas pelos examinandos ao longo do ensino fundamental e médio, imprescindíveis à vida acadêmica, ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania, tendo como base a matriz de competências especialmente definida para o exame”. Passando por reformulações em 2009 (o Novo ENEM), atualmente o exame é polivalente, pois perdeu sua característica inicial de avaliação do ensino médio com vistas a subsidiar políticas públicas e funciona como: 1) certificação equivalente ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA; 2) seleção de bolsistas integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas, com o Programa Universidade para Todos – PROUNI (requisitando nota mínima de 400 pontos para participar do pleito); 3) ingresso em instituições de ensino superior públicas (contrapartida da adesão das universidades federais ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI); e 4) mais recentemente, no âmbito do programa Ciências sem Fronteiras, a nota mínima de 600 pontos obtida no ENEM é pré-requisito para a candidatura dos estudantes.

No que diz respeito às competências e habilidades, a matriz de referências cognitivas do exame prevê que, quanto à linguagem, o candidato deve “dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica e das línguas espanhola e inglesa”. (BRASIL, 2012b). Observamos que, na matriz de referência, a habilidade privilegiada pelo ENEM é o domínio da norma culta da Língua Portuguesa, conceito parcialmente convergente com os Parâmetros Curriculares Nacionais e com o Programa Nacional do Livro Didático: ambos os documentos preconizam uma noção mais ampla de domínio da norma, seja com o conceito de “normas urbanas de prestígio” presente no Programa Nacional do Livro Didático, seja com o reconhecimento da pluralidade de normas e com impossibilidade de definir qual é a norma padrão.

3 A REDAÇÃO DO ENEM

A prova de Redação do ENEM avalia o desempenho do candidato em cinco competências: 1) demonstrar domínio da modalidade escrita formal na língua portuguesa; 2) compreender a proposta e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema; 3) selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista; 4) demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação, e 5) elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos. O foco deste trabalho é o tratamento da norma e da diversidade linguística no cenário brasileiro, o que se alinha à competência 1 da prova de redação.

O Guia do Participante do ENEM na edição de 2012, cujo objetivo é, em suas palavras, “tornar o mais transparente possível a metodologia de correção da redação, bem como o que se espera do participante em cada uma das competências avaliadas” (BRASIL, 2012b, p. 3), avalia o candidato, na competência 1, sua capacidade de “demonstrar domínio da **norma padrão da língua escrita**” (BRASIL, 2012b, p. 10, grifos acrescidos). A habilidade cobrada na competência 1 contrasta com o que preconiza o Programa Nacional do Livro Didático (BRASIL, 2011), com o domínio das **normas urbanas de prestígio**, especialmente em sua modalidade escrita; contrasta ainda com a própria matriz cognitiva geral do ENEM, que cobra o domínio da **norma culta da Língua Portuguesa**. Diferenças de terminologias ou diferenças de propósito?

No detalhamento da matriz de correção por competência, o Guia do Participante do ENEM 2012 reitera que “a primeira competência a ser avaliada no seu texto é o domínio do **padrão escrito formal** da língua [...] Na escrita formal, por exemplo, deve-se evitar o emprego repetido de palavras, como ‘e’, ‘aí’, ‘daí’, ‘então’, próprias de um uso mais informal, para relacionar ideias” (BRASIL, 2012b, p. 11, grifos acrescidos).³ Outro conceito é apresentado, já que “padrão escrito formal” é diferente de “norma padrão da língua escrita”, no início do mesmo documento. Formal e informal (e suas gradações) constituem um contínuo, que é diferente da modalidade falada e escrita. Podemos ter fala formal e fala informal, assim como

³ Especificamente sobre “e”, “aí”, “daí”, “então”, itens linguísticos que atuam na função de sequenciação discursiva, é interessante observar os resultados de estudos descritivos (TAVARES, 2008;2010; BARRETO; FREITAG, 2009) que apontam tendências de uso de cada uma das formas associadas a um contínuo de formalidade e informalidade, na fala e na escrita.

escrita formal e escrita informal, em todas as variedades de uma língua. A confusão terminológica, dissonante dos documentos oficiais que norteiam inclusive o próprio exame, como o caso da matriz cognitiva geral do ENEM, fica mais evidente no seguinte excerto: “Na redação do seu texto, você deve procurar ser claro, objetivo, direto; empregar um vocabulário mais variado e preciso do que o que utiliza quando fala e seguir as **regras prescritas pela norma padrão da Língua Portuguesa.**” (BRASIL, 2012b, p. 11, grifos acrescentados).

O termo **norma** pode tanto remeter a preceito, ou seja, aquilo que é normativo; como a descrição de usos recorrentes, ou seja, aquilo que é normal. Faraco (2008) faz uma distinção interessante entre norma culta, norma-padrão, norma gramatical e norma curta. A norma culta é definida como “conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita” (FARACO, 2008, p. 73). Refere-se aos usos linguísticos socialmente prestigiados, vistos pelos falantes como pertencentes a uma variedade superior em relação às chamadas variedades não-padrão ou populares. O prestígio não decorre de propriedades gramaticais, ou linguísticas, mas de características extralinguísticas relacionadas a processos sócio-históricos: enquanto algumas variedades são socialmente avaliadas positivamente, outras recebem valoração negativa, podendo até ser estigmatizadas. Essa noção de norma culta se aproxima à noção de normas urbanas de prestígio, do Programa Nacional do Livro Didático (BRASIL, 2011). Já a norma-padrão não é uma variedade da língua (como é a norma culta), mas “uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialetação, a projetos políticos de uniformização linguística” (FARACO, 2008, p. 75). Regulando explicitamente os comportamentos dos falantes, a norma-padrão funciona como coerção social em busca de um efeito unificador e como uma referência suprarregional e transtemporal. Norma culta e norma padrão são conceitos distintos; não há quem escreva **na** norma padrão, pois esta não é uma variedade da língua.

O guia do participante do ENEM 2012 (BRASIL, 2012b, p. 12-13) tipifica o que considera como prescrição de norma padrão – tais como concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, pontuação, flexão de nomes e verbos, colocação de pronomes átonos, grafia das palavras, acentuação gráfica, emprego de letras maiúsculas e minúsculas; e divisão silábica na mudança de linha – e ainda estabelece

uma gradação de penalidades (desvios mais graves, graves e leves) que não apresenta respaldo na literatura:

ATENÇÃO!

Seguem algumas inadequações do uso linguístico ao registro formal escrito que são penalizadas na Competência 1.

Desvios mais graves:

- falta de concordância do verbo com o sujeito (com sujeito antes do verbo);
- períodos incompletos, truncados, que comprometem a compreensão;
- graves problemas de pontuação;
- desvios graves de grafia e de acentuação (letra minúscula iniciando frases e nomes de pessoas e lugares); e
- presença de gíria

Desvios graves:

- falta de concordância do verbo com o sujeito (com sujeito depois do verbo ou muito distante dele);
- falta de concordância do adjetivo com o substantivo;
- regência nominal e verbal inadequada (ausência ou emprego indevido de preposição);
- ausência do acento indicativo da crase ou seu uso inadequado;
- problemas na estrutura sintática (frases justapostas sem conectivos ou orações - subordinadas sem oração principal);
- desvios em palavras de grafia complexa;
- separação de sujeito, verbo, objeto direto e indireto por vírgula; e
- marcas da oralidade.

Desvios leves

- ausência de concordância em passiva sintética (exemplo: uso de “vende-se casas” em vez de “vendem-se casas”); e
- desvios de pontuação que não comprometem o sentido do texto.

Tal posicionamento prescritivista esbarra no que preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais:

“[...] por exemplo, professores e gramáticos puristas continuam a exigir que se escreva (e até que se fale no Brasil!):
O livro de que eu gosto não estava na biblioteca,
Vocês vão assistir a um filme maravilhoso,
O garoto cujo pai conheci ontem é meu aluno,
Eles se vão lavar / vão lavar-se naquela pia,
quando já se fixou na fala e já se estendeu à escrita,
independentemente de classe social ou grau de formalidade
da situação discursiva, o emprego de:

O livro que eu gosto não estava na biblioteca,
Vocês vão assistir um filme maravilhoso,
O garoto que eu conheci ontem o pai é meu aluno,
Eles vão se lavar na pia.” (BRASIL, 1998b, p. 31)

As inconsistências no guia do participante 2012 não passaram despercebidas; O guia do participante 2013, ao invés de avaliar o domínio da norma padrão, busca avaliar o “domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa” (BRASIL, 2013), sinalizando uma mudança de postura e revisão dos equívocos conceituais apresentados no documento do ano anterior. A mudança pode ser percebida na explicação acerca do que é modalidade escrita formal, com a explicitação das dimensões formalidade e informalidade, oral e escrita:

Você já aprendeu que as pessoas não escrevem e falam do mesmo modo, uma vez que são processos diferentes, cada qual com características próprias. Na escrita formal, por exemplo, deve-se evitar, ao relacionar ideias, o emprego repetido de palavras, como “e”, “ai”, “daí”, “então”, próprias de um uso mais informal. Por isso, para atender a essa exigência, você precisa ter consciência da distinção entre a modalidade escrita e a oral, bem como entre registro formal e informal.

Outra diferença entre as duas modalidades diz respeito à constituição das frases. No registro informal, elas são muitas vezes fragmentadas, já que os interlocutores podem complementar as informações com o contexto em que a interação ocorre, mas, no registro escrito formal, em que esse contexto não está presente, as informações precisam estar completas nas frases.

A entoação, recurso expressivo importante da oralidade, e as pausas, que conferem coerência ao texto, são muitas vezes marcadas, na escrita, por meio dos sinais de pontuação. Por isso, as regras de pontuação assumem também essa função de organização do texto. (BRASIL, 2013, p. 11)

Na edição de 2013, o edital do ENEM apresentou duas especificidades em relação à prova de redação: a anulação de redações que tragam “parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto”; e o tratamento como “excepcionalidade” de desvios gramaticais desde que “não caracterizem reincidência” (BRASIL, 2013). No entanto, ainda persiste a desarticulação entre o que preconizam os documentos que orientam as práticas de ensino, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Programa Nacional do Livro Didático, e os documentos que embasam a avaliação do ENEM. Tal desarticulação, em última instância,

prejudica os estudantes da escola pública, cujo currículo e seleção de materiais didáticos são direcionados por estes documentos. Escolas privadas tendem a balizar seu currículo pelos editais de seleção: antes o vestibular, agora o ENEM.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prova de redação do ENEM, apesar das modificações na edição de 2013, ainda precisa ser mais bem analisada, pois, nas diretrizes de exame seletivo, a matriz de competência para a correção da redação não considera as discussões sociolinguísticas e os resultados de investigação no Brasil, nem apresenta coerência com as diretrizes dadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, ao cobrar norma padrão (e não norma culta) e tipificar os erros em “leves”, “médios” e “graves”, sem, no entanto, apresentar justificativas ou embasamento linguístico (seja teórico, seja empírico). Este cenário penaliza o estudante da escola pública, e amplia ainda mais o abismo social existente hoje no Brasil.

Entender como está estruturada a prova de redação, considerando os aspectos linguísticos elencados para a avaliação da competência do candidato (norma culta/norma padrão, tipos de textos/gêneros textuais; propostas de intervenção; autoria), é essencial para o planejamento de ações e adequações nos currículos escolares.

Ainda não há estudos que avaliem o impacto da prova de redação do ENEM na modelagem dos currículos, menos ainda estudos sobre as percepções e anseios dos atores escolares diretamente envolvidos com o exame – alunos e professores. Os resultados destes estudos são essenciais para embasar decisões que, em última instância, determinam o futuro do estudante, ao lhe abrir (ou fechar) as portas de acesso ao ensino superior.

REFERÊNCIAS

BARRETO, E. A.; FREITAG, R. M. K. Procedimentos discursivos na escrita de Itabaiana/SE: estratégias de sequenciação de informação. *Scientia Plena*, v. 5, p. 115801-1, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Edital do Enem 2012*. Brasília, 2012a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *A redação no ENEM 2012: Guia do participante*. Brasília: Ministério da Educação, 2012b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *A redação no ENEM 2013: Guia do participante*. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, 1998b.

BRASIL. *Programa nacional do livro didático*. Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de coleções didáticas para o PNLD 2011. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, 1998a.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FREITAG, R. M. K.; ROSARIO, M. M. S. A Provinha Brasil na visão dos professores. *Prolíngua*, v. 8, p. 3-18, 2013.

FREITAG, R. M. K. Entre norma e uso, fala e escrita: contribuições da Sociolinguística à alfabetização. *Nucleus*, n. 8, v. 1, p.1-10, 2010. <http://dx.doi.org/10.3738/1982.2278.542>

FREITAG, R. M. K. *Leitura, Letramento e Cidadania: explorando a Provinha Brasil*. Curitiba: Appris, 2013.

FREITAG, R. M. K.; ALMEIDA, A. N. S.; ROSARIO, M. M. S. Contribuições para o aprimoramento da Provinha Brasil enquanto instrumento diagnóstico do nível de alfabetização e letramento nas séries iniciais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 94, n. 237, p. 390-416, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812013000200004>

GORSKI, E.; FREITAG, R. M. K. Língua materna e ensino: alguns pressupostos para a prática pedagógica. In: SIVA, C. R.. (Org.). *Ensino de português: demandas teóricas e práticas*. João Pessoa: Ideia, 2007, p. 91-125.

GORSKI, E.; FREITAG, R. M. K. O papel da Sociolinguística na formação dos professores de Língua Portuguesa como língua materna. In: MARTINS, M. A; TAVARES, M. A. (Org.). *Contribuições da Sociolinguística e da Linguística Histórica para o ensino de Língua Portuguesa*. Natal: EdUFRN, 2013, v. 5, p. 11-51.

TAVARES, M. A. Aí especificador na fala, na escrita e na escola. *Odisseia*, v. 1, p. 45-58, 2008.

TAVARES, M. A. Conectores sequenciadores E, Aí e ENTÃO na fala de Natal (RN): indícios de especialização funcional. *Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura*, v. 12, p. 195-213, 2010.

Recebido: 20/03

Aceito: 05/06